

Notas e informações

O avanço do nacionalismo

Não é o sr. Donald Regan o único a temer pelo futuro do Brasil a médio e longo prazo caso o Congresso Nacional não decida assumir suas responsabilidades no tocante ao combate à inflação. A rigor, todos os que ainda nutrem a esperança (ou, a esta altura, a ilusão?) de ver concretizados os ideais com que se inaugurou a República de 1946 — Federação, liberdades políticas e livre iniciativa — partilham de iguais preocupações, pois conhecem o que representará para a população brasileira, em sofrimento e perda de liberdades, a não-conclusão de um acordo com o Fundo Monetário Internacional e, por via de consequência, com a comunidade financeira internacional.

A frase do secretário do Tesouro, sujeita a esta altura a interpretações maldosas, não indica uma forma de pressão sobre o Poder Legislativo. Ela apenas registra um fato irretorquível: se as metas que o governo pela segunda vez se comprometeu a cumprir a fim de merecer de novo a credibilidade da comunidade financeira internacional não forem honradas, a crise cambial será oficialmente proclamada. Ora, para que os compromissos sejam cumpridos, é preciso reduzir o déficit público e conter a inflação; para fazê-lo, é preciso regular salários, especialmente no setor das estatais. Para que isso seja possível, é mister que o Decreto-Lei nº 2.045, ou outro similar, vigore. Por isso, o futuro do Brasil está nas mãos do Congresso. Ou por acaso não está?

O raciocínio é simples e não envolve nenhuma interferência indevida na soberania brasileira. Se o secretário do Tesouro dos Estados Unidos teme pelo nosso futuro, nós também tememos, especialmente porque sabemos, mais do que Regan, que a reação do Congresso ao Decreto-Lei nº 2.024, e igualmente ao 2.045, foi ditada mais por considerações de ordem política do que econômicas; que a postura das oposições é baseada no desejo, legítimo já o reconhecemos, de afirmar a

autoridade do Congresso diante do Executivo, e não no propósito de encontrar uma saída racional, de custo social relativamente não muito alto para a grave crise em que o País se debate.

A todas as crises que vimos apontando nestas colunas (a econômico-social, a política e a institucional, que começa a despontar) soma-se outra, a de mentalidade, que não é nova, mas que com o passar dos anos se agrava e perverte o corpo político, desnaturando a realidade.

Essa crise de mentalidade manifesta-se na reação pavloviana diante das negociações com o FMI: tudo o que diz respeito ao Fundo Monetário é mau por natureza. Pior do que isso, no entanto, é o que está subjacente a esse tipo de reação: como a crise não foi criada pelo povo, privado de seus direitos há anos, ninguém deve pagar por ela. A prevalecer tal atitude irracional diante dos problemas, o País acabará sendo conduzido a uma situação sem retorno. Que o povo não teve oportunidade de dizer se aprovava ou não a política de projetos grandiosos que acabou conduzindo o Brasil à crise é truismo para quem acompanha os negócios públicos pelo menos desde 1968. Daí a concluir, contudo, que por isso ninguém tem nada com nada e que não cabe pedir sacrifícios é rematada demagogia, que acabará em loucura pura e simples. Porque a verdade, queira-se ou não, é que não será acordando os demônios do nacionalismo xenófobo que se sairá dessa crise, por uma simples e boa razão: a economia brasileira se internacionalizou dos anos 50 para cá e continua dependente do Exterior em matéria de petróleo e matérias-primas, pelo menos... O que significa que não é dado a ninguém não ter consciência da interdependência e da necessidade de fazer sacrifícios para poder superar este momento difícil.

A reação às palavras de Donald

Regan é por si só suficiente para demonstrar que o *partido nacionalista* está ganhando adeptos. E não há como estranhar tal fato ante as manifestações de incompetência generalizada na administração federal e a incapacidade mostrada pelo governo que não se dispõe a pôr ordem em sua casa. À medida que esse estado de espírito anti-FMI, anticomunidade financeira internacional, anti-Estados Unidos (para resumir razões) ganha terreno, ninguém parece perceber que o *partido da liberdade* perde espaço de manobra. Foram poucos os que tomaram na devida conta, dando-lhe a importância que merece, o fato de o Banco Central chamar a si o controle do câmbio, sob promessa de descentralizar as operações num amanhã cada dia mais longínquo. Poucos são capazes de avaliar o que significa, no meio da crise, as restrições individuais para viagem ao Exterior, ou a dependência cada vez maior dos Estados diante dos poderes cada vez maiores que a Seplan vai adquirindo à medida que a receita do balanço de pagamentos se aproxima de zero. Sobretudo, poucos se deram conta de que ninguém melhor do que a oligarquia para praticar o nacionalismo de seus adversários, se perceber que esta é a única saída para perpetuar-se no poder. Por acaso, não é o presidente da República que vive dizendo que não permitirá que os bancos estrangeiros ditem normas de conduta? E o valoroso presidente do Senado já não forma também nesse *partido*, que defende a soberania, mas não sabe como torná-la efetiva?

O perigo da demora nas negociações em Washington é que a cada dia que passa os *nacionalistas* ganham adeptos. O mais grave, no entanto, é que são poucos os que têm consciência de que os esteios desse *partido* nacionalista, afora os basbaques de sempre, são as estatais e os que se servem do pretexto da soberania para conquistar posições antidemocráticas.